

## A economia do mar em Portugal: problemática e análise

O ANO DE 2010 foi o ano em que a economia do mar se emancipou, nomeadamente no mediatismo que alcançou na sociedade civil. Após muitos anos de diversos esforços, estão lançados os alicerces para a operacionalização do seu conteúdo. Desde o presidente da República, ao Governo, às associações e agentes individuais, a máquina parece estar finalmente em movimento e com uma dinâmica que, pelos investimentos previstos e já realizados, não se deve menosprezar. Embora os investimentos e os potenciais impactes sejam transversais aos diferentes sectores da economia, refira-se, a título de exemplo, as declarações em Setembro de 2010 do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que estimou em cerca de 5 mil milhões de euros o investimento que está a decorrer em Portugal na economia do mar. Investimentos em sectores tão distintos como, por exemplo, a biotecnologia marinha, o turismo, os portos, as plataformas logísticas, energias renováveis, construção naval, auto-estradas do mar, defesa e segurança, aquacultura, náutica de recreio, *surf*, etc. Segundo dados oficiais, a economia do mar representa em Portugal cerca de 11% do PIB e 12% do emprego. Em finais de Outubro de 2010 foi concedida à REN – Redes Energéticas Nacionais uma zona piloto para projectos associados à energia das ondas. O governo assinou um contrato com a REN que permitirá instalar nos próximos anos uma potência de 150 megawatts (MW) ao largo de Peniche e atrair e potenciar investimentos superiores a 500 milhões de euros, de acordo com estimativas governamentais. Em Outubro de 2010 já existiam três interessados: a Martinfer com 7,5 milhões de orçamento previsto, a irlandesa Wavebob (8,5 milhões) e a australiana Ocenalinx (18,5 milhões). Espera-se que dentro de 18 meses estes projectos possam estar em funcionamento produzindo electricidade.

A economia do mar, enquanto conceito, pode entender-se de forma lata como referindo-se ao conjunto de agentes e sectores de actividade que, tendo o mar enquanto principal recurso de referência, se pretendem organizar de forma sistémica – numa perspectiva de *cluster* – potenciando o máximo de valor eco-

nómico e social para o país salvaguardando, simultaneamente, um recurso inimitável e relativamente inexplorado. A Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Portugal é constituída por uma faixa atlântica de 200 milhas de largura e tem uma área de 1.850.000 km<sup>2</sup>. Está em curso um projecto de alargamento da plataforma continental, o que poderá alargar a soberania portuguesa sobre o fundo do mar até 350 milhas ou mais 2.150.000 km<sup>2</sup>. Em conjunto, a ZEE poderá totalizar 4.000.000 de km<sup>2</sup>. No final do Verão foi atribuído na Noruega a Portugal a responsabilidade na gestão de quatro novas áreas marinha, todas elas localizadas em espaço que resultará na referida extensão da plataforma continental.

“ O país precisa de acreditar em formas diferentes e alternativas de criar e distribuir riqueza. ”

Contudo, apesar de todos estes sinais encorajadores, a verdade é que todas estas potenciais vantagens comparativas não se têm reflectido na criação de valor económico para o território português. Segundo dados da Comissão Europeia para os sectores marítimos tradicionais (transportes, portos e construção naval), Portugal gera um valor que é mais de três vezes menor ao gerado pela Bélgica, que tem apenas 98 km de costa, assim como três vezes menos emprego. Também a Espanha gera mais de sete vezes mais valor que Portugal, assim como a Dinamarca, que gera mais de seis vezes valor e mais de três vezes emprego. É, por isso, de extrema importância o processo de institucionalização da economia do mar que se tem vindo a desenvolver na sociedade portuguesa, como forma de reconhecer valor e de legitimar actores e iniciativas.

### A institucionalização pública da economia do mar

Se quisermos desenhar a genealogia do processo de institucionalização pública da economia do mar em Portugal, devemos começar por referir o Relatório sobre o Futuro dos

Oceanos que, em 1998, reconhece a importância internacional do mar e aponta as principais orientações quanto às políticas nacionais e globais para os oceanos. Em 2006, a UE lançou as bases para uma política marítima europeia através do Livro Verde da Comissão Europeia para a Política Marítima. Este documento partiu de um conjunto de factos sobre os quais se alicerçou a futura política marítima para a União Europeia. A Europa é um continente marítimo, rodeado por quatro mares e dois oceanos, com uma costa que se estende ao longo de cerca de 70.000 km. Dos 25 Estados membros da UE 20 são Estados costeiros ou insulares e 90% do comércio externo da União e mais de 40% do seu comércio interno processam-se por via marítima. A Europa tem a maior frota mercante do mundo, com mais de 1200 portos e diversos sectores económicos dependem do mar. Sublinhados estes elementos, o desafio passou por quatro grandes temas: preservar a supremacia europeia em matéria de desenvolvimento sustentável das actividades marítimas, maximizar a qualidade de vida nas regiões costeiras, desenvolver os instrumentos para gerir a nossa relação com os oceanos e a governação marítima. Para além de um vasto conjunto de conteúdos, a principal mensagem deste livro verde passa pela orientação de que não podemos continuar, numa Europa alargada e carente de dinamização económica e social, a encarar os mares e os oceanos numa base estritamente sectorial. É fundamental integrar e coordenar esforços, criar complementaridades e sinergias entre actores e iniciativas.

Em Portugal, a Comissão Estratégica dos Oceanos (RCM n.º 81/2003, de 17-06) apresentou, em 2004, um relatório com o objectivo de apresentar os elementos de definição de uma estratégia nacional integrada para o



Funções dos oceanos.

Fonte: Sérgio Nunes com base em HEM, 2009.

Visibilidade, imagem e cultura marítima
Náutica de recreio e turismo náutico
Transportes marítimos, portos e logística
Construção e reparação naval
Pesca, aquacultura e indústria do pescado
Energia, minerais e biotecnologia
Obras marítimas
Produção de pensamento estratégico
Ambiente e conservação da natureza
Defesa e segurança no mar
Investigação, desenvolvimento, formação, ensino e inovação

### Componentes do *hypercluster* da economia do mar em Portugal.

Fonte: Sérgio Nunes com base em HEM, 2009.

oceanos. Foram identificadas cerca de 250 propostas e medidas de acção estratégica. Entendeu o governo na altura que prosseguir uma política integrada dos assuntos do mar obrigava a criar uma estrutura cuja finalidade principal passaria pela coordenação interdepartamental dos assuntos do mar. Neste sentido, a RCM n.º 128/2005 veio criar a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM) conferindo-lhe um mandato para coordenar e articular todas as entidades com responsabilidades nos assuntos do mar e promover a implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável do mar. A EMAM procedeu a uma consulta vasta de entidades públicas e privadas, tanto de nível nacional, como internacional. Em Julho de 2006 foi submetida ao governo uma proposta com as linhas gerais da Estratégia Nacional para o Mar que veio a ser consubstanciada na RCM n.º 163/2006, de 12-12, que criou a Estratégia Nacional para o Mar. O objectivo central desta estratégia centrava-se em “*aproveitar melhor os recursos do oceano e zonas costeiras, promovendo o desenvolvimento económico e social de forma sustentável e respeitadora do ambiente, através de uma coordenação eficiente, responsável e empenhada que contribua activamente para a Agenda Internacional dos Oceanos*” (ENM, 2006).

A Estrutura de Coordenação para os Assuntos do Mar decorreu da RCM n.º 40/2007, de 12-03, e resultou da necessidade de criar uma estrutura de coordenação no sentido de articular a participação de todos os actores interessados, exigindo-lhes a co-responsabilização das diferentes políticas sectoriais relevantes. Esta RCM cria, também, na dependência do ministro da Defesa Nacional, a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM). A CIAM tem como objectivos: coor-

denar, acompanhar e avaliar a implementação da Estratégia Nacional para o Mar, procurando que esta estratégia se articule com outras estratégias, instrumentos de planeamento e programas de natureza transversal; criar o Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, estrutura aberta a toda a sociedade civil (nomeadamente personalidades de reconhecido mérito, organizações não governamentais e entidades privadas) promovendo, nesse âmbito, um grupo de reflexão e acompanhamento para os assuntos do mar. Em 2009, a RCM n.º 119, de 30-12, vem reformular a CIAM reforçando a sua composição e objectivos e elevando a sua dependência ao nível do Primeiro-ministro. A última reunião desta comissão teve lugar em Setembro de 2010 e um dos pontos de maior relevo foi o plano “Mar Portugal”. Este plano engloba um conjunto de 24 programas que pretendem concretizar a Estratégia Nacional para o Mar.

### Principais parceiros institucionais

O grande objectivo de dinamizar a economia do mar só pode ser alcançado com o envolvimento dos diferentes parceiros institucionais. Embora diferenciados pela sua natureza, grau de participação, formalismo de intervenção, etc., esta estratégia para o mar obriga ao envolvimento, ao compromisso e à responsabilização dos diferentes actores. Apresentam-se, de seguida, alguns parceiros institucionais de relevo (empresas, associações, universidades, instituições de investigação, autarquias, etc.) que incluem em si múltiplas formas de participação.

• Fórum Permanente para os Assuntos do Mar (FMAM) é um mecanismo institucional que materializa um dos objectivos da já referida CIAM. Constitui uma plataforma informal entre os vários parceiros que devem interagir no que concerne aos assuntos do mar, nomeadamente o governo, a sociedade civil e os parceiros sociais. Conforme salientou o presidente da Direcção deste Fórum, “*chegou a altura de os cidadãos assumirem, de forma clara, a sua posição em relação aos assuntos do mar*”.

• A Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar é uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos que tem por principal objectivo “*dinamizar o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar promovendo o desenvolvimento de relações de cooperação entre instituições*

*do sector científico, empresas e entidades associativas dos diferentes sectores e actividades cuja área funcional de procura final é o mar*”. O Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar é um dos oito clusters que foram formalmente reconhecidos por um despacho conjunto de quatro ministros exarado a 15 de Julho de 2009. Estes oito clusters fazem, por sua vez, parte de 19 Estratégias de Eficiência Colectiva dentro do Eixo V do Programa Compete, no âmbito do QREN.

• Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM) nasceu formalmente no dia 29 de Abril de 2010 e reúne um conjunto de empresas que tem como objectivo consubstanciar o proposto no estudo “Hypercluster da Economia do Mar”. Pretende-se, dessa forma, integrar Portugal nas dinâmicas mais globais e competitivas ligadas à economia do mar. Este é um parceiro institucional de relevo, uma vez que foi reconhecido pelo governo, nas Grande Opções do Plano para 2010-2013, como “*promotor e parceiro no estudo e desenvolvimento de programas e projectos*

*dedicados às actividades marítimas, tendo como objectivo desenvolver os planos de acção definidos pela Estratégia Nacional*”.

### O Hypercluster da Economia do Mar

Em Fevereiro de 2009 a SaeR/ACL apresentou publicamente um estudo sobre o que designou por “Hypercluster da Economia do Mar” (HEM), porventura o documento de trabalho mais completo, profundo e operacional sobre o tema em Portugal. Os autores partiram da conceptualização da estrutura interna do hypercluster – um cluster de clusters –, avaliaram o seu papel estratégico na dinâmica da economia portuguesa e o seu contexto internacional, identificaram os parceiros empresariais e institucionais, culminando num programa de acção (com as fontes de financiamento associadas) com grandes preocupações *policy oriented*.

A concepção que os autores fazem do mar, enquanto recurso estratégico, fica bem definida na seguinte frase: “*No passado, o mar foi um activo estratégico decisivo em termos*

*de emprego, de iniciativas empresariais, de funções e serviços de mobilidade e de relevância nas relações internacionais. Nas actuais condições estratégicas, as exigências tecnológicas e científicas são superiores, mas o mar também é visto agora como um recurso natural com uma variedade de oportunidades muito superior ao que era considerado na perspectiva tradicional*” (HEM; p. 90). Estas oportunidades decorrem, por um lado, da exploração do potencial intrínseco a cada uma das funções identificadas na fig. 1 e, por outro, das sinergias que formos capazes de construir e aproveitar entre as diversas funções. São precisamente a identificação e a operacionalização desses mecanismos de integração e efeitos multiplicadores associados que virão a determinar a estratégia de hypercluster que os autores defendem.

As componentes do hypercluster estão explicitadas na fig. 2 e são constituídas por clusters verticais – segmentação associada à actividade económica e clusters horizontais – actividades de base que actuam transversalmente a todos os clusters verticais.

### Reflexões finais

Parecem não existir dúvidas de que governo e parceiros institucionais estão envolvidos e a trabalhar em conjunto na economia do mar. No momento de crise profunda que o país atravessa, a qualidade das iniciativas e o envolvimento dos vários actores são fundamentais como forma de desenhar e explorar novas dinâmicas económicas e sociais para a nossa economia. O país precisa de acreditar em formas diferentes e alternativas de criar e distribuir riqueza. Importa, por isso, potenciar ao máximo actividades emergentes susceptíveis de desenvolverem efeitos multiplicadores nos vários sectores da sociedade. É precisamente neste sentido que se entende imprescindível incorporar conceptualmente um conjunto de actividades emergentes no hypercluster da economia do mar em Portugal, que apenas foram superficialmente consideradas neste trabalho e em todas as outras iniciativas que têm decorrido sobre esta matéria – o surf como “recurso icebergue” de natureza multidimensional e integrador de valor económico e social. ■

### Referências bibliográficas

SaeR/ACL (2009) – “O Hypercluster da Economia do Mar”, Lisboa.  
MDN (2006) – “Estratégia Nacional para o Mar”, Lisboa.

	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Finlândia	França	Holanda	Noruega	Reino Unido
Aluguer Navios							●	
Aquicultura			●					
Armadores		●			●			
Associações e Grupos de Interesse				●				●
Autoridades Nacionais		●		●	●			
Autoridades Portuárias		●						
Comércio e Financiamento		●		●	●			
Construção Naval	●		●		●	●	●	●
Consultadoria Marítima							●	
Dragagem						●		
Embarcações de Recreio	●		●		●	●		●
Equipamento Marítimo	●					●	●	●
Estaleiros (construção e reparação)		●		●	●			
Fabricantes de componentes		●						
Instituições de Investigação		●	●	●	●			●
Marinha de Guerra					●	●		●
Marinha Mercante	●							●
Offshore					●	●		●
Outras Indústrias Marítimas				●	●		●	
Pesca			●		●	●		●
Portos	●		●	●	●	●		●
Seguros		●		●	●			
Serviços Marítimos		●				●	●	
Transporte Fluvial						●		
Transporte Marítimo			●	●	●	●	●	

Principais clusters marítimos europeus. Fonte: Sérgio Nunes com base em HEM, 2009.